



Em cerca de 5 horas de conversa em um podcast, Bolsonaro chega a comparar a chapa Lula-Alckmin à união de chefes de duas facções criminosas. Petista dá o troco diante de empresários ao ligar presidente a paramilitares que agem no RJ

# Troca de golpes abaixo da linha da cintura

» INGRID SOARES

O presidente Jair Bolsonaro (PL) e o presidencialista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda não ficaram frente a frente, mas decidiram antecipar aquilo que poderia ser o confronto entre eles em um debate eleitoral. Decidiram subir o tom mutuamente, com ataques nos quais procuram desqualificar um ao outro. E têm aproveitado todas as oportunidades disponíveis para trocarem golpes abaixo da linha da cintura.

Na noite de segunda-feira, em aproximadamente cinco horas, Bolsonaro atacou o rival no *Flow Podcast*. Comparou Lula e seu vice, Geraldo Alckmin, a uma aliança entre “Marcola e Beira-Mar se unindo para combater o narcotráfico no Brasil”. Mas o presidente não gastou tanto tempo apenas atacando o petista e, mais uma vez, entou o discurso contra as urnas eletrônicas, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

“O que Bolsonaro disse sobre (o ministro Luís Roberto) Barroso e o convite do TSE aos militares? ‘Parabéns, ministro Barroso’, debochou. E partiu para cima do STF “Sabemos o viés de esquerda da maioria dos ministros do STF. São favoráveis ao desarmamento, mas não abrem mão de carro blindado”, ironizou.

Bolsonaro amenizou os efeitos da ditadura militar — teve “prós e contras” e “nenhum regime é perfeito” — e negou querer cargo vitalício, como propõe uma proposta de emenda à Constituição (PEC) que visa blindar todos os ex-presidentes para que não sejam presos quando deixarem o cargo. “Vão falar que eu estaria pedindo arrego. ‘Peidou na farofa’ é o linguajar”, disse.

Sobre a pandemia, mais uma vez acusou o STF de proibi-lo de

agir e de empoderar governadores e prefeitos na tomada de decisões. “O Supremo decidiu que eu, governadores e prefeitos éramos concorrentes. Me tirou o poder de conduzir essas medidas da pandemia”, acusou.

## Tratamento precoce

Ele voltou a defender o chamado “tratamento precoce”, que não tem comprovação científica de eficácia, e criticou a vacina CoronaVac — importada pelo seu então desafiado, o ex-governador paulista João Doria. “Você pode ver o que aconteceu com a China há poucas semanas. Te pergunto: a CoronaVac, de onde é? Eles não tomaram a vacina? Ou, se tomaram, não teve eficácia?”, questionou.

O presidente demonstrou irritação quando lhe foi perguntado sobre o escândalo das rachadinhas, que envolvem o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e o depósito de R\$ 89 mil feito pelo ex-auxiliar Fabrício Queiroz na conta da primeira-dama Michelle. “É um assunto do Flávio. Eu respondo pelos meus atos”, rebateu, acrescentando que o dinheiro depositado era resultado de um empréstimo.

Mas, enquanto Bolsonaro conversava no *Flow*, Lula era personagem do podcast *Pod Delas*, apresentado por Tatá Estaniecki e Bruna Unzueta. No momento em que Anitta era entrevistada, a cantora convidou o petista a participar com ela do programa e enviou um áudio aceitando — que foi levado ao ar.

Lula, aliás, foi atacado pela primeira-dama, Michelle Bolsonaro, pelas redes sociais por conta de um vídeo no qual o petista é saudado com um banho de pipoca de adeptos do candomblé. “Isso pode, né! Eu falar de Deus, não”, escreveu, ao compartilhar uma postagem da vereadora paulistana Sonaira Fernandes (Republicanos). Bolsonaroistas como o deputado federal Marco Feliciano (PL-SP) espalharam a mesma mensagem, considerada preconceituosa.

Ricardo Stuckert



Ao lado do presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, Lula enfatizou as diferenças entre ele e Bolsonaro

# Petista devolve na Fiesp: amigo de milicianos

» VICTOR CORREIA

Na sabatina da qual participou, ontem, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o presidencialista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) partiu para o ataque sobre seu principal adversário na disputa, Jair Bolsonaro (PL). Para uma plateia formada por empresários, tachou o presidente de “mentiroso”, de ter um comportamento anti-democrático e de ser amigo de milicianos.

“Como é que a gente pode viver num país em que o presidente conta sete mentiras todo dia, e com a maior desfaçatez? Que chama uma carta que defende a

democracia de ‘cartinha’? Quem sabe a carta que ele gostaria de ter é uma carta feita por milicianos do Rio de Janeiro, e não uma carta feita por empresários, intelectuais e sindicalistas defendendo um regime democrático”, provocou.

No dia anterior, em conversa com representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do mercado financeiro, Bolsonaro criticou a *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito*, razão de várias manifestações pelo país, amanhã — leia na página 3 — e afirmou que “quem é democrata não precisa assinar cartinha”. Lula fez questão de enfatizar que

o presidente desestabiliza o país, tornando-o um mau ambiente de negócios, e que tem usado as Forças Armadas para isso.

“Esse cidadão é eleito desde 1998 pela urna eletrônica. Qual o direito que ele tem de colocar em suspeição? Os militares têm que fiscalizar a nossa fronteira. Têm que ficar tomando conta de outra coisa, não ficar cuidando daquilo que não tem interesse”, criticou.

Mas a participação de Lula não foi somente de ataques a Bolsonaro. Ele deixou claro aos empresários que, caso vença as eleições, em outubro, assumirá o comando de um país com graves problemas.

## » **Ciro confirma reforma tributária**

O presidencialista **Ciro Gomes** (PDT) divulgou, ontem, seu programa de governo e, entre os principais objetivos, está a criação de 5 milhões de empregos em dois anos, a unificação de impostos, taxação de grandes fortunas e o fim do foro privilegiado para a maioria dos cargos que desfrutam do benefício atualmente. No âmbito econômico, **Ciro** defende a realização de uma reforma tributária e fiscal, reduzindo em 20% os subsídios e incentivos no primeiro ano de um possível governo. O plano também prevê a recriação de um imposto sobre lucros e dividendos, e taxação de grandes fortunas — 0,5% sobre as avaliadas em mais de R\$ 20 milhões. Juntas, a estimativa é de que as medidas gerem R\$ 200 bilhões à União.

“A falta de credibilidade é um dos entraves que nós temos para fazer com que o Brasil possa, nesse conflito entre Estados Unidos e China, ser uma referência”, lamentou.

Ao lado de Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do seu primeiro governo, Lula salientou que o agronegócio — setor majoritariamente fechado com Bolsonaro — receberá atenção especial. “Queremos apenas a chance de conversar com o agronegócio, com aqueles mais raivosos. Só precisa fiscalizar para ver se não estão armados. O resto a gente vai conversar”, afirmou.

## NAS ENTRELINHAS



Por **Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

# Condenação pode virar bumerangue

A Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União (TCU) condenou ontem, por unanimidade, o ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot, o ex-procurador Deltan Dallagnol e o procurador João Vicente Romão a ressarcir os cofres públicos por dinheiro gasto pela força-tarefa da Lava-Jato com diárias e passagens. Segundo os ministros da Corte, houve prejuízo de R\$ 2,8 milhões em gastos da operação, valor que deve ser restituído ao Tesouro. Técnicos do tribunal haviam recomendado arquivar o processo.

Para o ministro do TCU Bruno Dantas, relator do processo, e para o subprocurador-geral do Ministério Público de Contas, Lucas Furtado, o modelo adotado na operação permitiu o pagamento “desproporcional” e “irrestrito” de diárias,

passagens e gratificações a procuradores, com ofensas ao princípio da impessoalidade, em razão da ausência de critérios técnicos que justificassem a escolha dos procuradores que integrariam a operação.

A decisão é mais um capítulo da “desconstrução” da Lava-Jato, que culminou na anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com base no princípio do juiz natural, sustentado pela defesa do petista desde quando o ex-presidente começou a ser investigado pelo então juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sergio Moro.

Principal referência da operação, Moro teve sua imparcialidade como magistrado colocada em xeque quando aceitou o convite

do presidente Jair Bolsonaro (PL), recém-eleito, para ser o ministro da Justiça, e abandonou a toga. Ambos acabaram rompendo em abril de 2020, quando Moro deixou o governo.

Janot foi condenado por ter autorizado a constituição da força-tarefa da Lava-Jato em Curitiba; ex-coordenador da força-tarefa, Dallagnol por ter participado da concepção do modelo escolhido pela força-tarefa e da escolha dos integrantes da operação; e Romão, por solicitar a formação da força-tarefa. Sete procuradores foram inocentados.

Em nota, a assessoria de Dallagnol afirmou que há perseguição. “A decisão dos ministros desconsidera o parecer de 14 manifestações técnicas de cinco diferentes instituições (...) que referendaram a atuação da Lava-Jato e os pagamentos feitos. Tudo isso com o objetivo de perseguir o ex-procurador Deltan Dallagnol e enviar um claro recado a todos aqueles que lutam contra a corrupção e a impunidade de poderosos”. Agora, ele está impedido

## A LAVA-JATO FOI UMA DAS MAIORES INICIATIVAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO DO BRASIL, MAS FOI DESLEGITIMADA

de concorrer às eleições, com base na Lei da Ficha Limpa, porque foi condenado por um colegiado.

### Retorno

Entretanto, a decisão do TCU pode virar um bumerangue eleitoral. Iniciada em 2014, Lava-Jato foi uma das maiores iniciativas de combate

à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil. Na época, quatro “organizações criminosas”, que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas pela Justiça Federal, em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3.

Frentes de investigação também foram abertas no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal. As investigações foram iniciadas a partir de uma rede de postos de combustíveis e de um lavajato de automóveis de Brasília, usada para lavagem de dinheiro — daí o nome da operação. No ambiente de descontentamento com a política e os políticos, a força-tarefa de Curitiba e Moro alavancaram o tsunami eleitoral de 2018, quando Bolsonaro foi eleito.

No decorrer do atual governo, porém, o combate à corrupção deixou de ser uma prioridade para a opinião pública, muito mais preocupada com a pandemia de

covid-19, a recessão econômica, o desemprego e o aumento da miséria. O eixo da política nacional se deslocou gradativamente da bandeira da ética para a economia.

Nesse ínterim, os condenados na Lava-Jato cumpriram parte da pena, adquirindo direito à prisão domiciliar ou liberdade condicional. Foram absolvidos ou tiveram suas condenações anuladas por desrespeito ao “devido processo legal”. Lula, que fora condenado e impedido de disputar as eleições de 2018, nas quais era o favorito, permaneceu 580 dias na carceragem da Polícia Federal de Curitiba, até sua condenação ser anulada.

Sem entrar no mérito da polêmica jurídica sobre a Lava-Jato, que foi “deslegitimada” pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para os réus e condenados na operação esse assunto é como falar de corda em casa de enforcado. Na atual campanha eleitoral, quem ganha com a polêmica é Bolsonaro, apesar dos escândalos de seu governo, porque esse assunto aumenta a rejeição de Lula.